



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

foram realizadas, substancialmente, através de linhas de crédito com o Commerzbank AG no montante de R\$ 27.499. O patrimônio líquido totalizou R\$ 238.617.
Índice de Basileia: O Índice apurado de acordo com as regras vigentes em 31 de dezembro de 2016 foi de 245,15% e estão apresentados a seguir:
Patrimônio de Referência **223.755**
Risco de Crédito 73.086
Risco de Mercado 5.029
Risco Operacional 10.845
Ativo Ponderado pelo Risco **88.950**
Rban 2.312
Capital Principal Mínimo Requerido 11.096
Adicional de Conservação do Capital Principal 556

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

	2016	2015	Nota	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	38.600	23.752			
Depósitos	3.147	-	11		
Depósitos à vista	3.147	-			
Obrigações por empréstimos	27.499	-	12		
Empréstimos no exterior	27.499	-			
Outras obrigações	7.954	23.752	13		
Fiscais e previdenciárias	1.137	299			
Diversas	6.817	23.453			
Resultado de exercícios futuros	202	-	3n		
Patrimônio líquido	238.617	20.275	14		
Capital:	264.449	35.555			
De domiciliados no exterior	264.449	35.555			
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	(112)	(10)			
Prejuízos acumulados	(25.720)	(15.270)			
Total do passivo e patrimônio líquido	277.419	44.027			

	2016	2015
Ativo		
Circulante	54.187	-
Disponibilidades	563	-
Relações interfinanceiras	5	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN	5	-
Operações de crédito	25.279	-
Empréstimos e títulos descontados - Setor privado	25.279	-
Outros créditos	28.228	-
Carteira de câmbio	27.503	-
Diversos	862	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(137)	-
Outros valores e bens	112	-
Despesas antecipadas	112	-
Realizável a longo prazo	205.076	44.027
Títulos e valores mobiliários	189.910	37.287
Livres	168.377	-
Vinculados ao Banco Central	-	37.287
Vinculados à prestação de garantias	21.533	-
Outros créditos	15.166	6.740
Diversos	15.166	6.740
Permanente	18.156	-
Imobilizado de uso, líquido	6.481	-
Imobilizações de uso	7.752	-
Depreciações acumuladas	(1.271)	-
Intangível líquido	11.675	-
Ativos intangíveis	12.736	-
Amortizações acumuladas	(1.061)	-
Total do ativo	277.419	44.027

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e para o Semestre Finto em 31 de Dezembro de 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital:	14	35.555	-	-	35.555
Ajustes ao valor de mercado:		-	(10)	-	(10)
Títulos e valores mobiliários		-	(10)	(15.270)	(15.270)
Prejuízo do exercício	14	-	-	(15.270)	(15.270)
Em 31 de dezembro de 2015		35.555	(10)	(15.270)	20.275
Integralização de capital:	14	228.894	-	-	228.894
Ajustes ao valor de mercado:		-	(102)	-	(102)
Títulos e valores mobiliários		-	(102)	(10.450)	(10.450)
Prejuízo do exercício	14	-	-	(25.720)	(25.720)
Em 31 de dezembro de 2016		264.449	(112)	(25.720)	238.617
Em 30 de junho de 2016		222.798	(21)	(20.852)	201.925
Integralização de capital:		41.651	-	-	41.651
Ajustes ao valor de mercado:		-	(91)	-	(91)
Títulos e valores mobiliários		-	(91)	(4.868)	(4.868)
Prejuízo do semestre		-	-	(25.720)	(25.720)
Em 31 de dezembro de 2016		264.449	(112)	(25.720)	238.617

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Commerzbank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("Banco") foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em 20 de agosto de 2015, constituído em 31 de agosto de 2015 e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 22 de outubro de 2015 (início das operações) com prazo indeterminado de duração. O Banco recebeu a autorização para início das atividades que são privativas de instituições financeiras em 29 de julho de 2016. O Banco tem por objeto social a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco Comercial e de Investimento, inclusive câmbio. O Banco poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"). As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e apresentadas de acordo com o requerido pelo BACEN e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") quando aplicáveis.

3. Principais práticas contábeis: a) **Moeda funcional** - A moeda funcional do Banco é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. b) **Auração de resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. c) **Estimativas contábeis** - Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. d) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações comprometidas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. e) **Títulos e valores mobiliários** - Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria: • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias: "Títulos para negociação" (adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período) ou "Títulos mantidos até o vencimento" (adquiridos com intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento e avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período) e que são avaliados pelo valor de mercado e o registro da valorização ou desvalorização foi efetuado em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "ajuste ao valor de mercado", líquidos dos efeitos tributários. f) **Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas em operações de crédito com critério de risco que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de A a H). g) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** - São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. h) **Despesas antecipadas** - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, custos diretos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens". i) **Permanente** - A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear e às taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e segurança, - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. j) **Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment** - Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são analisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Durante o período que compreende essas demonstrações financeiras, não foram apuradas perdas por impairment. k) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços. l) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. m) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. De acordo com a Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, à alíquota atual da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das Instituições Financeiras é de 20% até 31 de dezembro de 2018 e 15% após esta data. n) **Resultados de exercícios futuros** - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo. o) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09. • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo contingente se torna um ativo e então é reconhecido contabilmente. • **Passivos contingentes** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação nos termos dos pressupostos definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09. • **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa: Estão representados como segue:

	2016	2015
Disponibilidades	563	-
Total	563	-

5. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estava apresentada como segue:

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Títulos Públicos - Tesouro Nacional	15.005	15.077
Letras do Tesouro Nacional	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	153.541	153.300
Vinculados ao Banco Central	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	37.287
Vinculados à Prestação de Garantias	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	21.567	21.533
Total	190.113	189.910

Foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 203 (2015 - R\$ 19), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido no montante de R\$ 112 (2015 - R\$ 10), líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 91 (2015 - R\$ 9). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco não possuía posições de instrumentos financeiros derivativos. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC do Banco Central do Brasil.

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, estão assim representadas:

	2016	2015
Carteira de crédito		
Capital de giro - Indústria	25.279	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	27.436	-
Rendas de adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-
Total da carteira de crédito	52.719	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(137)	-
Total	52.582	-

b) **Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução nº 2.682/99:**

	2016	2015
Saldo inicial	-	-
Constituição	(137)	-
Saldo final	(137)	-

	2016	%
A vencer	7.724	15%
Até 3 meses	44.995	85%
De 3 a 12 meses	52.719	100%
Total da carteira de créditos	52.719	100%
Total das garantias recebidas	25.579	
Total das garantias prestadas (nota 17)	579	

	2016	2015
d) Por segmento:		
Indústria de produtos de matérias plásticas	25.279	-
Indústria química	27.440	-
Total	52.719	-

	2016	2015
e) Por nível de risco:		
Carteira de crédito		
Capital de giro	AA	93
Adiantamento sobre contrato de câmbio	A	27.440
		(137)
		(137)

	2016	2015
7. Carteira de câmbio		
Câmbio comprado a liquidar	27.499	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4	-
Obrigações por compra de câmbio	-	27.436
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(27.436)
Total	27.503	-

8. Outros créditos - diversos: Estão representados pelos valores que seguem:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	93	-
Créditos tributários (a)	15.166	6.668
Impostos e contribuições a compensar (b)	16	72
Valores a receber de sociedades ligadas	751	-
Outros	2	-
Total	862	6.740

a) **Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social** - Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam compostos como segue:

	2016	2015						
Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízo fiscal (i)	33.204	8.301	4.981	13.282	16.472	4.118	2.541	6.659
Ajuste de títulos disponíveis para venda (ii)	203	51	40	91	19	5	4	9
Provisão para bônus a empregados	4.201	1.050	630	1.680	-	-	-	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	137	34	21	55	-	-	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar	145	36	22	58	-	-	-	-
Total	9.472	5.694	15.166	4.123	2.545	6.668	6.668	

(i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente;

(ii) Ajuste ao valor de mercado de Títulos Públicos Federais - LFT e LTN.

Movimentação dos créditos tributários

	2016	2015
Saldo inicial	6.668	-
Constituição com efeito em resultado	8.416	6.659
Constituição com efeito no patrimônio líquido	82	9
Saldo final	15.166	6.668

Previsão de realização dos créditos tributários

	2016	2015	
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2018	31	18	49
2019	889	534	1.423
2020	1.606	965	2.571
2021	2.439	1.467	3.906
2022	2.988	1.797	4.785
2023	1.519	913	2.432
Total	9.472	5.694	15.166

b) **Impostos e contribuições a compensar** - Referem-se a valores de impostos antecipados do exercício nos montantes de R\$ 4 (2015 - R\$ 44) - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, R\$ 3 (2015 - R\$ 28) - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, R\$ 2 - Programa de Integração Social - PIS, R\$ 8 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

9. Outros valores e bens: Referem-se substancialmente às despesas de seguros, serviços de fornecimento de informações econômicas e de mercado em tempo real e serviços de fornecimento de dados para fins de compliance, pagas antecipadamente, diferidas durante o exercício no montante de R\$ 112.

10. Permanente

Imobilizado de uso

	2016	2015		
Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Instalações - benfeitorias	20	1.359	(265)	1.094
Instalações	10	1.271	(111)	1.160
Móveis e equipamentos de uso	10	887	(85)	802
Sistema de comunicação	10	48	(4)	44
Sistema de processamento de dados	20	4.000	(735)	3.265
Sistema de segurança	10	13	(1)	12
Sistema de transporte	20	174	(70)	104
Total	10	7.752	(1.271)	6.481

Intangível

	2016	2015		
Amortização anual - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Consultoria e implantação de infraestrutura	20	11.160	(930)	10.230
Outros ativos intangíveis - terceiros	20	1.576	(131)	1.445
Total	20			



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(...continuação)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

	2016			2015		
	2º semestre Receitas/ (Despesas)	Exercício Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	Exercício Receitas/ (Despesas)	Ativo/ (Passivo)	
Depósito à vista (i).....	-	-	(3.147)	-	-	-
Valores a receber de sociedades ligadas (ii).....	751	751	751	-	-	-
Adiantamento de despesas (iii).....	-	-	-	-	(18.687)	-
Nota de prestação de serviço (iv).....	-	(1.500)	-	(4.400)	(4.129)	-
Adiantamento de impostos (v).....	-	-	-	-	(379)	-
Total	751	(749)	(2.396)	(4.400)	(23.195)	

- (i) Corresponde ao saldo em conta-corrente da Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda.;
- (ii) Corresponde ao contrato de serviços celebrado em 1º de março de 2016, entre o Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e o Commerzbank AG (nota 15c);
- (iii) Corresponde aos gastos incorridos pela Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda., para suportar a implementação do Banco. Essas provisões foram reconhecidas pelo Commerzbank Brasil em dezembro de 2015 e a liquidação financeira do reembolso ocorreu em 31 de maio de 2016. Neste montante inclui a provisão de bônus para os empregados no montante de R\$ 3.620 (nota 13b);
- (iv) Montante líquido referente a serviços de apoio à constituição e implementação do Banco, pagos à Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda. em 22 de março de 2016;
- (v) Despesas de impostos pagos pela Commerz Brasil Holding e Serviços Ltda. em nome do Banco, reembolsados em 22 de março de 2016.

19. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2016	2015
Remuneração fixa.....	596	458
Remuneração variável.....	506	1.215
Total	1.102	1.673

20. Gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é um processo contínuo, onde são identificados e mensurados riscos existentes, bem como riscos potenciais que possam ameaçar as operações do Banco. A identificação de riscos visa mapear eventos de risco, tanto internos quanto externos, que possam afetar a estratégia de negócios, com possibilidade de impactar negativamente os resultados, a liquidez ou a reputação do Banco. As responsabilidades pelo gerenciamento de riscos estão estruturadas no princípio das três linhas de defesa: a) Na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e áreas de suporte têm o papel de realizar a gestão dos riscos através da identificação, avaliação, controle e reporte dos mesmos; b) Na segunda linha de defesa, uma unidade independente realiza o controle dos riscos de forma centralizada visando assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos; c) Na terceira linha de defesa, a auditoria interna tem o papel de avaliar de forma independente as atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e externas.

Estrutura de gerenciamento de riscos - A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior e alinhada às melhores práticas do mercado.



a) Risco de crédito - O risco de crédito é a possibilidade de perdas em decorrência do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação. A estrutura para gerenciamento de risco de crédito do Banco realiza o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito das operações classificadas nas carteiras *trading* e *banking*. Entre as responsabilidades desta estrutura estão: identificação, avaliação, mensuração, controle e mitigação de riscos. Devem ser previstas: políticas e estratégias para gerenciamento do risco de crédito; adequada validação de sistemas, modelos e procedimentos internos para gestão de risco de crédito; estimação de perdas associadas a riscos de crédito, segundo critérios consistentes e prudentes; e adequação dos níveis de Patrimônio de Referência (PR) e de provisionamento compatíveis com o risco de crédito assumido pela instituição. **b) Risco de mercado** - O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco realiza o gerenciamento por meio de políticas e estratégias de gerenciamento de riscos que estabelecem limites operacionais e procedimentos para manutenção da exposição ao risco de mercado em níveis aceitáveis; sistemas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na carteira de negociação quanto para as demais posições e gerar relatórios tempestivos para a diretoria da instituição. **c) Risco de liquidez** - O risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco realiza o gerenciamento por meio de políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela Administração da instituição; processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao

risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo; realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo e avaliação do risco de liquidez como parte do processo de aprovação de novos produtos, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes. **d) Risco operacional** - O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banco realiza o gerenciamento por meio de: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco; documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional; elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional; realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados; elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da instituição. **e) Estrutura de gerenciamento de capital** - Os objetivos do gerenciamento de capital são garantir que o Banco possua recursos suficientes para a manutenção das suas operações e para que as exigências de capital sejam atendidas de forma sustentável, considerando o perfil de riscos desejável pela instituição. Como parte do sistema de gerenciamento de capital e liquidez, podemos citar: abordagem de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA); limite do Índice de Alavancagem (como forma de gerenciar endividamento excessivo); Gestão da Liquidez e Gestão de Perdas. Os requerimentos mínimos de capital do Banco observam o disposto nas resoluções e circulares emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil quanto aos padrões globais de requerimento de capital, conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível - Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I, Nível II e RWAs. Para fins de cálculo dos requerimentos mínimos de capital, o montante total de RWA é obtido pela soma das parcelas referentes aos ativos ponderados pelos riscos de crédito, operacional e de mercado. O Banco utiliza a **abordagem padronizada** para o cálculo das parcelas de RWA, para o Risco Operacional qual é utilizada a Abordagem do Indicador Básico.

21. Benefícios a empregados - O Banco patrocina a seus funcionários e administradores (exceto expatriados), por liberalidade os benefícios abaixo relacionados: **Plano médico e odontológico:** O Banco oferece planos extensivos aos dependentes legais e sem custo aos colaboradores: O valor gasto com esse benefício, no exercício de 2016, foi de R\$ 1.629 (2015 – R\$ 845). **Plano de previdência complementar:** O Plano está em fase final de implementação e será efetivado em 2017. O plano a ser implantado receberá contribuições da parte dos colaboradores e do Commerzbank. No exercício de 2016, foi provisionado o valor de R\$ 751 que corresponde aos anos de 2014, 2015 e 2016. O objetivo desse benefício é dar oportunidade aos funcionários de acumular recursos financeiros durante a sua carreira profissional para planejamento de sua aposentadoria futura. **22. Outras informações: Contingências** - O Banco não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, trabalhista e tributária. **23. Eventos subsequentes:** Não há eventos subsequentes para divulgação.

A DIRETORIA

Elio Pereira Sales - Contador CRC-1SP 212554/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Commerzbank Brasil S.A. – Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2017.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8